

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.390.283 - RS (2013/0190066-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : RUBENS MEISTER - ESPÓLIO
REPR. POR : HELIANTE PETTERSEN MEISTER - INVENTARIANTE
ADVOGADO : SÉRGIO ALBERTO GONÇALVES PEREIRA - PR021210
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo ESPÓLIO DE RUBENS MEISTER, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

“ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TERRENO DE MARINHA. PRESCRIÇÃO. CRÉDITO DE NATUREZA NÃO-TRIBUTÁRIA. PRESCRIÇÃO. DECRETO Nº 20.910/32. EXTINÇÃO. PREQUESTIONAMENTO.

. Considerando-se a natureza não tributária do crédito público executado (taxa de ocupação), reputam-se inaplicáveis à espécie as disposições do Código Tributário Nacional e do Código Civil.

. Em face da ausência de regramento legal específico utilizam-se as regras prescricionais aplicáveis à Fazenda Pública, sob pena de afronta aos princípios da equidade e da isonomia.

. Hipótese em que decorreu mais de cinco anos entre o vencimento da obrigação fiscal e o ajuizamento da ação executiva, restando configurada a prescrição quinquenal da pretensão executiva, consoante preceitua o Decreto nº 20.910/1932, aplicável ao caso em virtude da época dos fatos geradores.

. Sucumbência dosada em atenção aos precedentes da Turma.

. Prequestionamento quanto à legislação invocada estabelecido pelas razões de decidir.

. Apelação do autor provida; apelação da União improvida” (fl. 645e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 649/658e), os quais restaram parcialmente acolhidos, tão somente para fins de prequestionamento (fls. 665/670e).

Em seguida, foram opostos novos Embargos Declaratórios (fls. 672/685e), parcialmente acolhidos, nos termos da seguinte ementa:

“PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL.

Superior Tribunal de Justiça

TERRENO DE MARINHA. TAXA DE OCUPAÇÃO. PRESCRIÇÃO. LEGITIMIDADE. OMISSÃO.

1. Legitimado para integrar o polo passivo da execução fiscal aquele que ocupa área cujo exame técnico indicou tratar-se de terreno de marinha. Documento que apenas revela excerto do sistema viário do Município, não indicando desapropriação ou transferência de posse é inservível para fragilizar a responsabilidade fiscal.
2. A execução somente é fragilizada quando há lapso suficiente entre as datas do fato gerador e do despacho que ordena a citação para implementar a prescrição.
3. Aclaratórios acolhidos em parte apenas para sanar omissão concernente à legitimidade” (fl. 683e).

Após, novamente foram opostos Embargos de Declaração (fls. 687/695e; 704/714e), ambos rejeitados (fls. 697/705e; 716/721e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 131 do CPC/73, 2º, 127 do Decreto-Lei 9.760/46 e 10º da Lei 7.661/88, sustentando que: **a)** “em que pese a perícia judicial ter constatado que os imóveis do recorrente são alodiais, ou seja, estão fora dos limites dos terrenos de marinha, o Tribunal *a quo* se nega a indicar o fundamento legal que rejeitou a conclusão da perícia judicial, em violação ao artigo 131 do CPC” (fl. 727e), incorrendo em cerceamento de seu direito de defesa; **b)** conforme prova pericial, os terrenos de propriedade do recorrente são alodiais, ou seja, estão aquém dos limites estabelecidos para o terreno de marinha, razão pela qual são insuscetíveis de cobrança de foro e laudêmio; **c)** “como o artigo 10º da Lei nº 7.661/1988 - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro estabelece que as praias são bens públicos de uso comum do povo, de livre e franco acesso, assim, se o recorrente não for considerado parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente demanda, será discriminado em benefício da coletividade, o que viola o princípio da isonomia entre os cidadãos, sendo o único penalizado a pagar taxa de ingresso na área pública em questão” (fl. 730e); **d)** “o artigo 127 do Decreto Lei nº 9.760/1946, salienta que o pagamento da taxa de ocupação é de responsabilidade de quem detém o domínio útil do imóvel (terreno de marinha), ou seja, de quem ocupa o terreno da União” (fl. 737e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 756/761e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 762/763e).

A irresignação não merece conhecimento.

Na origem, trata-se de Embargos à Execução opostos pela parte ora

Superior Tribunal de Justiça

recorrente, ao fundamento da inexistência de processo administrativo de cobrança de taxa de ocupação, de imóvel pertencente à União.

Julgada procedente, em parte, a demanda, recorreram o autor e o réu, tendo o Tribunal local dado provimento à Apelação do autor e negado provimento à Apelação da União.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, cabe destacar que o Tribunal de origem não se manifestou acerca do teor dos arts. 127 do Decreto-Lei 9.760/46 e 10º da Lei 7.661/88. Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal a quo").

No mais, acerca da controvérsia, constou do acórdão que julgou os segundos Embargos de Declaração:

“O apelante deduz ser parte ilegítima para integrar a lide no que tange à parcela da área em tese objeto de ocupação porquanto há tempos registrou perante a SPU pedido de cancelamento do benefício - ocupação. Explicita que essa parte da gleba passou a ser ocupada pelo Município de Penha quando esse construiu lá vias públicas, implicando isso desapropriação direta que, reflexamente, inibe a sua responsabilidade pelo pagamento da taxa de ocupação.

Para tanto, o embargante notícia que o documento do Anexo II da inicial dos embargos, assim como o resultado da perícia **ultimada nestes autos, são aptos a revelarem tal situação.**

Em verdade, o documento na fl. 19 consiste em mero excerto de regramento sobre o sistema viário do Município, não estabelecendo de forma direta qualquer intervenção na posse ou na propriedade de área então pertencente/ocupada pelo embargante. Nessa linha, do conteúdo do exame técnico somente se pode perceber estarem as vias localizadas - como seria de se esperar - em frente aos imóveis costeiros objeto da controvérsia.

(...)

O embargante está, por isso, legitimado para figurar no polo passivo da execução fiscal nº 2005.70.00.016830-0” (fl. 681e).

Constou, ainda, do acórdão que julgou os terceiros Embargos Declaratórios opostos:

“Veja-se que a argumentação vertida pelo embargante essencialmente repousa na necessidade de aceitação, ao menos parcial, da ventilada tese de desapropriação da gleba qualificada como terreno de marinha. Como essa realidade fática não resto autenticada, ao revés, foi sempre rechaçada nos momentos em que abordada (inclusive na perícia), não se há de retificar a conclusão do julgamento do mérito ao amparo de premissa que, em verdade, não se sustenta. Essa situação, insta anotar, é igualmente eficaz para a novel - pós questionamento - alegação de caducidade ora suscitada nos terceiros aclaratórios. Com efeito, como ausente registro de desapossamento, especialmente em virtude da conclusão aposta na perícia não se há de fragilizar a pretensão da UNIÃO, mormente porque está ela - há tempos, vale gizar - intentando satisfazer as obrigações inadimplidas, em face de argumento que não encontra reflexo na situação fática objeto da lide.

Melhor sorte não tem o embargante no que tange à alegação de ilegitimidade para integrar o polo passivo da execução fiscal inicialmente referida, porquanto os elementos fáticos carreados aos autos permitiram concluir no sentido de serem os ocupantes da área, o de cujos - e posteriormente - os sucessores, legitimados para responder pela exigência fiscal. Essa temática, ademais, já restou detalhadamente enfrentada nos aclaratórios anteriores” (fls. 702/703e).

Concluiu, por fim, a Corte de origem, no julgamento dos quartos Embargos de Declaração que, “no tocante à pretensão pela quarta vez articulada nos aclaratórios do ESPÓLIO, constar no relatório e no voto dos embargos de declaração anteriores, referência ao conteúdo da perícia - fl. 598-verso - por exemplo, a qual repousa na eficácia do princípio do livre convencimento motivado do juiz, norteador que é da sistemática de fundamentação dos atos judiciais no sistema pátrio. E conquanto notório, vale registrar estar ele positivado no artigo 131 do CPC” (fl. 719e).

Desse modo, a reversão do entendimento adotado pelo Tribunal de origem, de que incumbe ao recorrente o pagamento da taxa de ocupação do imóvel, bem como acerca das conclusões do laudo pericial, demandaria a incursão no conteúdo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7 desta Corte.

Sinale-se, por fim, o não cabimento do Recurso Especial com base no dissídio jurisprudencial, pois as mesmas razões que inviabilizaram o conhecimento do apelo, pela alínea a, servem de justificativa quanto à alínea c do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não**

Superior Tribunal de Justiça

conheço do Recurso Especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora

